



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS DE ANANINDEUA
FACULDADE DE TECNOLOGIA EM GEOPROCESSAMENTO

LANA ERICA ALMEIDA FREIRE

**ANÁLISE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS DAS COMUNIDADES
QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU – MOJU/PA**

ANANINDEUA - PA
2023

LANA ERICA ALMEIDA FREIRE

**ANÁLISE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS DAS COMUNIDADES
QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU – MOJU/PA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Tecnologia em Geoprocessamento, do Campus de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo em Geoprocessamento.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Correia Miranda

ANANINDEUA - PA
2023

**ANÁLISE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS DAS COMUNIDADES
QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU – MOJU/PA**

LANA ERICA ALMEIDA FREIRE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Tecnologia em Geoprocessamento, do Campus de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Tecnólogo em Geoprocessamento.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Correia Miranda

Data: 23/06/2023

Hora: 14:00

Local: LABGEO – FTG – CANAN – UFPA

Conceito: Bom (B)

Dedico este trabalho à minha mãe,
Maria Helena Almeida Freire
Ao meu pai, Benedito de Jesus Freire
E a toda minha ancestralidade, que lutaram
Para que eu tivesse a oportunidade de me formar
E continuar as suas lutas.

*Eu sou o sonho dos meus pais,
Que eram sonhos dos avós,
Que eram sonhos dos meus ancestrais [...]*

Emicida

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar os impactos socioterritoriais causados pelos empreendimentos agroindustriais e de mineração no território quilombola de Jambuaçu, Moju-PA, com o uso das tecnologias do geoprocessamento. Buscou-se dar ênfase às situações de conflitos agrários, desde a década de 1970, provocados pela invasão das empresas Reflorestamento Sociedade Anônima - REASA, Marborges Agroindústria S/A, Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, Imerys Rio Capim Caulim, Norsk Hydro e Mineração Paragominas S.A. bem como as perdas territoriais que as lideranças de Jambuaçu sofreram durante esse período. A discussão teórica concentra-se nos conceitos relacionados ao objeto da pesquisa que dão suporte à análise dos dados. A metodologia da pesquisa contou com análise de documentos, diálogos com lideranças que protagonizaram as resistências durante esses conflitos, observação do cotidiano, classificação de imagens de satélite, pesquisa de campo para georreferenciar através do GPS das áreas das comunidades impactadas e a área de servidão de onde os empreendimentos estão instalados. Para tratar os dados georreferenciados, utilizou-se tecnologias de geoprocessamento para produzir os mapas com base na classificação de imagens de satélite Landsat, sensores TM e OLI. Buscou-se responder a seguinte problemática; como os empreendimentos agroindustriais e de mineração impactaram o Território Quilombola de Jambuaçu com perdas territoriais? Deste modo, os resultados da pesquisa demonstraram a ocorrência de conflitos fundiários, com a ampliação das áreas de interesse das grandes empresas sobrepondo os limites territoriais comunitários, disseminação de conflitos entre os integrantes das comunidades, acarretando o alcance aos ideais de sustentabilidade local.

Palavras-chave: Geoprocessamento; Impactos socioterritoriais; Território Quilombola de Jambuaçu.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the socio-territorial impacts caused by agro-industrial and mining enterprises in the quilombola territory of Jambuaçu, Moju-PA, using geoprocessing technologies. We sought to emphasize situations of agrarian conflicts, since the 1970s, caused by the invasion of the companies Reforestamento Sociedade Anônima - REASA, Marborges Agroindústria S/A, Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, Imerys Rio Capim Caulim, Norsk Hydro and Mineração Paragominas S.A. as well as the territorial losses that Jambuaçu leaders suffered during this period. The theoretical discussion focuses on concepts related to the research object that support data analysis. The research methodology included document analysis, dialogues with leaders who led resistance during these conflicts, observation of daily life, classification of satellite images, field research to georeference through GPS the areas of the impacted communities and the easement area of where the projects are located. To process the georeferenced data, geoprocessing technologies were used to produce maps based on the classification of Landsat satellite images, TM and OLI sensors. We sought to answer the following problem; How did agro-industrial and mining enterprises impact the Quilombola Territory of Jambuaçu with territorial losses? In this way, the research results demonstrated the occurrence of land conflicts, with the expansion of the areas of interest of large companies overlapping the community territorial limits, dissemination of conflicts between community members, resulting in the achievement of the ideals of local sustainability.

Key words: Geoprocessing; Social and Environmental Impacts; Territory *Quilombola* of Jambuaçu.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS:

- MAPA 01:** Localização do mineroduto e da linha de transmissão de energia elétrica no interior do Território de Jambuaçu-Moju/PA..... 27
- MAPA 02:** Uso e ocupação do solo do território quilombola de Jambuaçu e suas imediações no ano de 1984..... 30
- MAPA 03:** Uso e ocupação do solo do território quilombola de Jambuaçu e suas imediações no ano de 2021..... 32

GRÁFICOS:

- GRÁFICO 01:** Distribuição porcentual das classes de uso e ocupação do solo do Território Quilombola do Jambuaçu e suas imediações no ano de 1984..... 31
- GRÁFICO 02:** Dinâmica da cobertura vegetal natural e extensão agropecuário no território de Jambuaçu no intervalo de 1984 à 2021, em km²..... 33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AQSM	Associação dos Agricultores Quilombolas de São Miguel.
BAMBAE	Coordenação das Associações Quilombolas do Território de Jambuaçu.
CEB'S	Comunidades Eclesiais de Base.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce.
ETERPA	
GPS	Global Positioning System.
ITERPA	Instituto de Terras do Pará.
PT	Partido dos Trabalhadores.
REASA	Reflorestamento Sociedade Anônima.
STTR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO DO OBJETO DE ESTUDO	15
3.1. QUILOMBO: RESISTÊNCIA E REAFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES	15
4. CONCEITUAÇÃO E APLICAÇÃO DO GEOPROCESSAMENTO NA ANÁLISE TERRITORIAL	18
5. METODOLOGIA	21
6. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU: DISPUTAS TERRITORIAIS E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA	23
6.1. DINÂMICA E IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO DE JAMBUAÇU	28
7. CONCLUSÕES	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho apresentamos o resultado da pesquisa, realizada no período julho e agosto de 2019, cujo objetivo consiste em analisar os impactos socioterritoriais causados pelos empreendimentos agroindustriais e de mineração no território quilombola de Jambuaçu, Moju-PA, com o uso das tecnologias do geoprocessamento. Neste estudo buscou-se dar ênfase às situações de conflitos agrários, que se inicia na região desde a década de 1970, provocados pela invasão das empresas Reflorestamento Sociedade Anonima - REASA, Marborges Agroindústria S/A, e volta a acontecer a partir da década de 2000 com a invasão das empresas: Companhia Vale do Rio Doce -CVRD, Imerys Rio Capim Caulim, Norsk Hydro e Mineração Paragominas S.A., bem como das perdas territoriais que as comunidades quilombolas de Jambuaçu sofreram durante esse período.

É no âmbito deste contexto marcado por conflitos, lutas e resistência em defesa do território quilombola que se deu a presente pesquisa. Desse modo, trago como questão orientadora: Como os empreendimentos agroindustriais e de mineração impactaram o Território Quilombola de Jambuaçu com perdas territoriais?

Para tanto, considero importante situar meu lugar de fala, demonstrando como minha trajetória de vida me aproxima do tema da pesquisa em questão. Sou mulher quilombola, pertenço a este território, especificamente à comunidade São Manoel. Sou filha de Maria Helena Almeida Freire e Benedito de Jesus Freire, lideranças ativas na luta em defesa do Território, sobretudo na década de 1980. Atuaram na Associação dos Agricultores Quilombola de São Manoel – AQSM, na Coordenação das Associações Quilombolas do Território de Jambuaçu – BAMBÂÊ, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STTR, nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB's e construíram organicamente o Partido dos Trabalhadores – PT. Nesse período, não entendia o porquê de sua dedicação à luta e a organização comunitária, pois viviam em reuniões, viajando e participando de formações. Somente hoje com a leitura que faço consigo compreender que eles e outras lideranças estavam lutando em defesa do Território, para defender nossas terras e nosso modo de vida tradicional.

Foi acompanhando o engajamento e compromisso dos meus pais com a luta coletiva que me inspirou a ingressar ao curso de Graduação em Tecnologia em Geoprocessamento, com a estratégia de adquirir conhecimentos para potencializar nossa luta, através do uso das tecnologias.

Dessa forma, a relevância acadêmica do presente trabalho consiste em contribuir nos apontamentos de como o uso das tecnologias do geoprocessamento auxiliam na identificação e reflexão dos impactos que esses empreendimentos causam nos territórios tradicionais da Amazônia, a relevância social compreende em colaborar com o fortalecimento do movimento quilombola, a partir das informações e conhecimentos geradas pelo uso da tecnologia, possibilitando a construção de novas estratégias de luta e resistência.

O trabalho contém a introdução e compõe-se de outras quatro partes. A primeira expõe a caracterização do território quilombola; a segunda parte trata do referencial teórico, ressaltando o processo de identidade e resistência, bem como a conceituação e aplicação do geoprocessamento na análise territorial; a terceira parte explicita a metodologia utilizada na pesquisa; na quarta parte apresentamos a contextualização do território de Jambuaçu e seus processos de disputas e resistências, bem como análise da dinâmica socioambiental no território. Por último, tecemos algumas conclusões a respeito da pesquisa.

2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU

O Território Quilombola de Jambuaçu é reconhecido historicamente por seus processos de luta e resistência contra os projetos agroindustriais e de mineração pensados para desenvolver a Amazônia. Jambuaçu está geograficamente localizado no município de Moju, nordeste paraense, aproximadamente 109 km da capital Belém. Faz fronteira ao norte com os municípios de Abaetetuba e Barcarena, ao leste com Acará e Tailândia, ao sul com Breu Branco e a oeste com os municípios de Baião, Mocajuba e Igarapé Miri, que está situado o Território Quilombola de Jambuaçu,

Jambuaçu é composto por 15 comunidades, sendo 14 tituladas com o título de domínio coletivo, emitido pelo Instituto de Terra do Pará - ITERPA e certificadas pela Fundação Cultural Palmares desde os anos 2000: São Manoel, Ribeira, Jacunday, Santa Ana do baixo, Santa Maria do Mirindeua, Conceição do Mirindeua, Santo Cristo, São Bernardino, Vila Nova, Centro Ouro, Nossa Senhora das Graças, Santa Luzia do Traquateua, Santa Maria do Traquateua, São Sebastião do km 40. Ainda tem mais uma comunidade que luta pelo seu título definitivo de terra, Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê.

Foram várias lutas travadas pelos quilombolas de Jambuaçu contra os projetos agroindustriais e de mineração, desde a década de 1980. O primeiro conflito foi contra a empresa Reflorestamento Amazônia Sociedade Anônima - REASA que investiu de diversas estratégias violentas para implantar seu projeto de monocultura de dendê nas terras das comunidades do território de Jambuaçu. Em seguida, a empresa MARBORGES Agroindústria S/A assumiu as ações da REASA com o objetivo de expandir o projeto de monocultura e atualizar as estratégias de invasão no território.

Na década de 2000, as comunidades quilombolas do território do Jambuaçu travaram a resistência contra a passagem de 03 (três) minerodutos de bauxita da Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, que roubou tantos outros hectares de terra do território quilombola. As ações da CVRD passaram para à Vale S.A que, em 2011, vendeu todas as suas operações para a Norsk Hydro. Outra empresa que corrobora nesse processo é a Imerys Rio Capim Caulim, usuária dos minerodutos para o transporte de caulim. Atualmente a empresa Mineração Paragominas S.A assumiu as ações das duas últimas empresas. A implantação desses grandes projetos de mineração foi acompanhada de outros empreendimentos, necessários para favorecer o grande capital, a exemplo da construção de uma linha de transmissão de energia para subsidiar a produção de bauxita. Esta é escoada por aproximadamente 244 km, saindo do município de Paragominas, no sudeste paraense, atravessando mais 05 (cinco) municípios:

Ipixuna do Pará, Tomé Açu, Acará, Moju e Abaetetuba até chegar ao município de Barcarena, onde as empresas estão instaladas.

No ano de 2023, a Mineração Paragominas S.A instalou o quarto mineroduto, cortando mais uma vez o território ao meio, causando inúmeros impactos socioambientais e socioterritoriais. Nesse período foram implantadas também duas outras Linhas de Transmissão de Energia: uma da Sterlite e outra da ETEPA.

3. REFERENCIAL TEÓRICO DO OBJETO DE ESTUDO

Nesta sessão faremos abordagens conceituais das principais categorias acionadas neste estudo, buscando dialogar com autores e autoras que nos proporcionaram um embasamento teórico para dialogar com a realidade e os desafios do território quilombola de Jambuaçu.

3.1. Quilombo: resistência e reafirmação de identidades

A história das comunidades remanescentes de quilombo no Brasil esteve sempre associada aos processos de luta e resistência dos africanos e seus descendentes negros contra a escravidão, no contexto do Brasil colônia. No sistema escravocrata, a população negra resistia à escravização através das fugas para lugares distantes e de difícil acesso, no meio da mata.

As fugas tinham como objetivo alcançar a liberdade para que assim pudessem retomar os seus modelos de organização, suas culturas, suas religiosidades e seus modos de vida tradicionais. Assim, os territórios ocupados pelos negros escravizados passaram a ser definido como quilombo. Porém, inúmeros negros e negras morreram tentando fugir e sonhando chegar nesses espaços de organização coletiva, que eram os quilombos. Após muitos anos de resistências e lutas houve o reconhecimento das terras quilombolas, de acordo com Treccani (2013).

Na história do Brasil os quilombos foram reconhecidos pela administração do período colonial por sua constituição a partir das formas de resistência dos africanos ao sistema escravocrata. Retirada de sua terra natal e trazido a força para as terras brasileiras, para o trabalho escravo em grandes fazendas, engenhos e garimpo (p. 130).

Historicamente o estado brasileiro não demonstra interesse em assegurar direitos à população afro-brasileira. Além disso, nos atacam e tentam nos inferiorizar e criminalizar. Poderíamos exemplificar as diversas formas que o estado o impõe suas forças para nos criminalizar, através de algumas definições jurídicas de quilombo.

Regimentos de capitães do mato, de 1722: “distantes de povoações onde estejam acima de quatro negros, com ranchos, pilões e modo de vida se conserva”.

Regimento aprovado em 1733 pela Câmara de São Paulo: “ajuntamento de mais de quatro escravos vindo em matos para viver neles, e fazerem roubos e homicídios”.

Conselho Ultramarino 02/12/1740: “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados, nem se achem pilões neles”.

Câmara de São Salvador dos Campos de Goitacases, em 1757: “escravos que estivessem arranchados e fortificados [...] achando-se de seis escravos para cima que estejam juntos se entenderá também [por] quilombos.

Lei da Província do Maranhão nº 236, de 20/08/1847: “Art. 12 reputa-se há escravo aquilombado, logo que esteja no interior das matas, vizinho ou distante de qualquer estabelecimento, em reunião de dois ou mais, com casa ou rancho.

Por outro lado, as comunidades quilombolas contrapõem essas lógicas com suas ações e modelo de organização social, a exemplo do Quilombo dos Palmares, no estado de Pernambuco. Esse quilombo existiu há quase meio século e resistiu com seus diversos saberes, suas tecnologias, produção agrícola, organização militar e sua crescente população. Este quilombo lutou bravamente em defesa de sua liberdade e dignidade contra a polícia da época. Foi comandado por Zumbi dos Palmares, que preferiu morrer lutando a ter que negociar sua liberdade. Este movimento de Palmares tornou-se um marco na história e símbolo de luta e resistência para o povo negro, ao ponto de instituir o Dia Nacional da Consciência Negra dedicado a lembrar toda forma de luta contra dominação.

As comunidades quilombolas contemporâneas, em seus movimentos, ressignificam o conceito quilombo.

A ressemantização do termo “quilombo” pelos próprios movimentos sociais e como resultado de um longo processo de luta veio traduzir os princípios de liberdade e cidadania negados aos afrodescendentes, correspondendo, a cada um deles, os respectivos dispositivos legais.

1 - Quilombo como direito a terra, como suporte de residência e sustentabilidade há muito almejadas nas diversas unidades de agregação das famílias e dos núcleos populacionais compostos majoritariamente, mas não exclusivamente de afrodescendentes.

2- Quilombo como um conjunto de ações em políticas públicas e ampliação de cidadania, entendidas em suas várias dimensões.

3- Quilombo como um conjunto de ações de proteção às manifestações culturais específicas. (LEITE, 2000, p.969-970).

Além disso, as comunidades quilombolas empoderaram-se do direito a autodeterminação e definem suas próprias compreensões do que representa o quilombo para si.

Somos um só povo, ligados por uma TERRITORIALIDADE ancestral e marcada, tradicionalmente, por “interligações de famílias quilombolas”. Nós nos autoafirmamos, historicamente, de forma coletiva, ou seja, como quilombolas que se territorializam, social e politicamente, através da interculturalidade, resultante da articulação de nossos atributos identitários, tais como as nossas formas de “ser” “homem-mulher” contemporâneos e nos diferenciamos (físicos e simbolicamente) por meio de grupos geracionais (crianças/jovens/adultos/idosos), também por nossos próprios “trabalhos” tradicionais, nos realizarmos como agricultoras(es) familiares, extrativistas, servidoras(es) públicas(os), pequenas(os) empreendedoras(es) e estudantes; seguimos, internamente, distintas orientações religiosas: protestantes, católicas(os), afro-religiosas(os), assim como benzedeiras(os), curandeiras(os) e parteiras (os); e finalmente, nós nos autorepresentamos, politicamente, em diferentes formas de organizações sociais e territoriais (urbano-rural). Assim, portanto, formamos uma só “identidade quilombola plural”, conjugando o passado com o presente. (Protocolo de consulta prévia, livre e informada do Território Quilombola de Jambuaçu, 2017, p.3)

Sendo assim, para as lideranças de Jambuaçu, quilombo está atrelado às relações de territorialidade ancestral, trabalho tradicional, social, política, religiosas, entre outras. Para Moura (2012,), o quilombo é

A teia de relações de vida e de R-existência, outrora contra o escravagismo, hoje contra a marginalização, negação de direitos, contra a expropriação do latifúndio, visto que: “a relação entre quilombos e resistência à escravidão teve início no passado e permanece até hoje, em outros moldes, quando a questão quilombola continua articulada à luta e resistência contra a exploração fundiária e o poder das elites agrárias” (p. 14).

Portanto, o quilombo é conjunto de relações entre homem, natureza e o sagrado. É lugar de liberdade e produção do conhecimento. É lugar de reenvolvimento com a terra e com a ancestralidade. É lugar de produção e reprodução de novas tecnologias, produção agroecológica e cultural. Enfim, quilombo é lugar de revolução, que aponta para alternativas de vida e produção humanas e sustentáveis, em face ao modelo de sociedade capitalista, consumista e predatória.

4. CONCEITUAÇÃO E APLICAÇÃO DO GEOPROCESSAMENTO NA ANÁLISE TERRITORIAL

No âmbito do presente estudo que, tem como base de análise o uso das geotecnologias faz-se necessário situar teórico e conceitualmente tais ferramentas que auxiliaram na coleta, no armazenamento, na edição, no processamento e na análise das informações como referência espacial geográfica acerca do objeto estudado.

De acordo com os autores, CAMARA (2005), MIRANDA (2005) e DAVIS (1999) nos últimos anos esse campo de conhecimento tem avançado consideravelmente, ganhando cada vez mais evidencia em vários setores da sociedade devido ao seu amplo aspecto de aplicação, sobretudo com o cenário de preocupação com o meio ambiente, especificamente o objeto deste estudo que analisa os impactos socioterritorial provocada pela ação humana nociva do capital.

No rol das geotecnologias estão o geoprocessamento, SIG (GIS, SGI) – Sistemas de Informações Geográficas, Cartografia Digital ou Automatizada, Sensoriamento Remoto por Satélites, Sistema de Posicionamento Global (ex. GPS), Aerofotogrametria, Geodésia, Topografia Clássica, entre outros. Dentre as geotecnologias destaca-se o geoprocessamento, principalmente na constituição de Sistemas de Informações Geográficas – SIGs (Zaidan, 2017, p. 198)

Situando o geoprocessamento dentro desse ramo de atividade geotecnológica, ele é definido como conjunto de técnicas e métodos teóricos e computacionais relacionados com a coleta, entrada, armazenamento, tratamento e processamento de dados, a fim de gerar novos dados e ou informações espaciais ou georreferenciadas.

Vale ressaltar que na aplicação de tais tecnologias, as informações georreferenciadas têm como principal característica o atributo de localização, ou seja, estão ligadas a uma posição específica do globo terrestre por meio de suas coordenadas (Zaidan,2017). Que no contexto dos territórios da Amazônia paraense, mediante as ameaças de degradação ambiental, esta localização em tempo real e de forma precisa cumpre a função social, de auxiliar nas tomadas de decisão, de denunciar e pensar estratégias.

O Sistema de Informações Geográficas é outra geotecnologia que se encontra dentro do ramo das atividades do geoprocessamento, sua definição clássica consiste em ser um sistema automatizado de coleta, armazenamento, manipulação e saída de dados cartográficos.

Contudo, com os avanços da tecnologia cada vez mais surpreendente, essa definição tem exigido um pouco mais de complexidade, compreendendo, portanto, uma estrutura formada por pessoas, empresas ou instituições, somadas a técnicas e métodos que se operacionalizam através de rotinas e ferramentas programadas em softwares diversos, que

ganham funcionalidade através de equipamentos e hardwares diferentes, no intuito de coletar ou gerar dados, principalmente georreferenciados. (Zaidan,2017).

Outra importante ferramenta a ser utilizada neste estudo foi o *Global Positioning System - GPS*, que traduzido para o português, é conhecido como Sistema de Posicionamento Global - GPS. É uma tecnologia atualmente bastante difundida entre a comunidade civil, o GPS se popularizou e hoje é utilizado como uma das principais ferramentas de monitoramento, sobretudo em áreas afetadas por impactos ambientais.

A aplicação desta ferramenta é baseada no funcionamento específico do GPS em medição de distâncias entre o receptor em terra (aparelho rastreador de GPS) e o satélite transmissor (em órbita), (Camara,2005).

Convém fazer referência ao breve histórico dessa evolução que em tão pouco tempo, meados do século XX, ampliou-se aprimorou o tratamento e elaboração de documento e informações geográficas. O que antes era tratado somente por meio de elaboração de mapas e de documento em papel, que não permitia uma análise mais elaborada que permitisse combinar dados e mapas. Contudo, em um breve período de tempo, nos anos de 1990 a tecnologia da informação obteve um significativo avanço, possibilitando representação e armazenamento das “informações geográficas num ambiente computacional, visando disponibilizar as referidas informações ao alcance de todos” (Camara,2005).

Ao longo das últimas décadas essas geotecnologias têm evoluído surpreendentemente a cada ano, sobretudo com a evolução da inteligência artificial e outros recursos. E tem ganhado relevância no contexto de produção e gestão de informação que visam auxiliar na compreensão e análise dos espaços territoriais. Nessa perspectiva, compreende-se o geoprocessamento como uma tecnologia que envolve todas as ferramentas e conecta técnicas matemáticas e computacionais para o tratamento da informação geográfica, a qual vem sendo aplicadas em várias áreas como fronteiras territoriais, agrícola, ambiental, etc (Camara, 2003).

Dessa forma, compreende-se que as geotecnologias, em particular o Sistema de Informação Geográfica, para além de armazenar, recuperar, visualizar dados espaciais num sistema de projeção geográfica, têm desenvolvido a capacidade de efetuar análise e modelagem espacial, cujas características contribuam para que superem o conhecimento de uma tecnologia, e possam ser considerados como uma ciência de informação espacial.

No contexto do referido estudo, pode-se dizer que tais ferramentas já foram utilizadas pelos órgãos oficiais responsáveis (ITERPA) pela demarcação das terras quilombolas durante o processo de titularidade coletivo do território, bem como por entidades que acompanhavam

a tramitação da situação, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Dessa forma é possível identificar em documentos e recursos gráficos as possíveis alterações ocorridas nas demarcações das terras quilombolas através de mapas produzidos ainda que em um formato simplificado, sem muitos recursos tecnológicos, mas já se utilizava ferramentas da geotecnologia.

Atualmente, em virtude das constantes invasões e crimes ambientais cometidos pelas empresas, as lideranças do território foram orientadas a utilizar alguns equipamentos tecnológicos como GPS para marcar os pontos e identificar a localização exata onde está ocorrendo tal ação em tempo real.

5. METODOLOGIA

A metodologia da referida pesquisa foi desenvolvida a partir das seguintes etapas: levantamento bibliográfico acerca dos principais conceitos relacionados ao objeto de estudo. Em seguida, realizou-se a pesquisa documental nos arquivos históricos da Comissão Pastoral da Terra – CPT, tendo acesso ao Dossiê do conflito dos quilombolas de Jambuaçu, Moju – PA x Companhia Vale do Rio Doce. Outros arquivos acessados foram os da Coordenação das Associações Quilombolas do Território de Jambuaçu – BAMBAAE, onde acessei os documentos enviados pela Mineração Paragominas a Coordenação; os termos de averbação fundiária das áreas de servidão do mineroduto e da linha de transmissão de energia, bem como o plano de Trabalho de construção do Estudo de Componente Quilombola relacionado aos impactos do empreendimento.

Na terceira etapa da pesquisa foram realizados diálogos com três lideranças que protagonizaram os processos de resistência durante os conflitos historicamente travados; Florencia, Benedito e Estandilau. Durante essa etapa, fui acompanhada pela Sr^a Maria Helena e Sr. Marico, que também estiveram à frente desses processos, mas durante essa etapa contribuíram com os questionamentos durante as conversas.

A quarta etapa do trabalho aconteceu em agosto de 2019. Durante esse período realizou-se a pesquisa de campo em parceria com Projeto Nova Cartografia Social - PNCS da UFPA. Visitamos as 14 comunidades do Território Quilombola Jambuaçu: Santa Maria do Traquateua, Santa Luzia do Traquateua, São Sebastião do km 40, São Manoel, Jacundaí, Ribeira, Conceição do Mirindeua, Santo Cristo, Santa Maria do Mirindeua, Centro Ouro, Nossa Senhora das Graças, Santa' Ana do Baixo, São Bernardino com o objetivo de georreferenciar a área das comunidades e a área de servidão dos minerodutos.

Durante essa etapa, utilizou-se da tecnologia do geoprocessamento, com o instrumento GPS para coletar os pontos nas localidades com situações de assoreamento de igarapés, por conta da tubulação dos minerodutos; limites do avanço da monocultura de dendê da empresa Marboges; local do assassinato da liderança Maria Trindade, entre outros. Focou-se também na observação do cotidiano e nas escutas dos diálogos estabelecidos.

Por fim, utilizou-se o geoprocessamento para tratar os dados coletados e produzir os mapas de uso e ocupação do solo através de processamento digital das imagens do satélite Landsat (sensores TM e OLI) dos anos de 1984 e 2021 para analisar a dinâmica de uso e ocupação do solo no território e suas imediações nestes dois contextos.

Essa delimitação do marco temporal da pesquisa justifica-se por dois fatores históricos: primeiro, em decorrência de que na década de 1980 foi o auge da invasão de terra, exclusivamente pelo empreendimento agroindustrial da monocultura de dendê, protagonizado pela REASA. Segundo, pelo fato das imagens do satélite Landsat (sensores TM e OLI) mais antigas e gratuitas, serem do ano de 1984. Esse período também nos possibilitou a visualizar os impactos territoriais causados pela CVRD/HYDRO, na década de 2000.

Dessa forma, a extração de dados dos produtos de sensoriamento remoto se deu com a aplicação das técnicas de classificação não supervisionada com o uso do ArcGIS, através da combinação de bandas do Infravermelho médio 1, Infravermelho Próximo e a do Vermelho, gerando, assim, mapa na escala de 1:170.000.

6. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE JAMBUAÇU: DISPUTAS TERRITORIAIS E OS PROCESSOS DE RESISTÊNCIA

A configuração agrária no Brasil foi sempre marcada por processos de invasão, violências, assassinatos e domínio de uns sobre outros. A primeira invasão se deu nos anos de 1500, com a chegada dos portugueses as terras pindoramas. Escravizaram os indígenas que aqui já estavam e logo em seguida foram a outros continentes, como a África, trazer sem consentimento seus habitantes com o objetivo de escravizá-los no Brasil.

A população negra, escravizada, travou muitas lutas vislumbrando a liberdade. Muitos fugiram das senzalas e foram construir os quilombos no meio das florestas e matas. Outros depois de “libertos” somaram-se nesse modelo de organização e se instalaram nos territórios ocupados por eles historicamente. Muitas comunidades no interior da Amazônia formaram-se nessa configuração. Portanto, historicamente a Amazônia foi ocupada por diversos povos.

Contudo, os governos militares não reconheciam isto. Ao se referir a esse contexto, Tonetto (2007) comenta que muitos conflitos advêm de políticas desenvolvimentistas do governo militar, cujo objetivo estava associado ao desenvolvimento e a segurança nacional e de implementação da modernização do campo a luz do lema “terra sem homem, para homens sem-terra”. Os militares vendiam a ideia de que na Amazônia não existiam pessoas.

Dessa forma, o conflito agrário no Brasil e, particularmente na Amazônia, tem se perpetuado por décadas e sua origem está diretamente relacionada aos processos fraudulentos de gestão e administração das terras federais e estaduais da Amazônia, chamados popularmente de grilagem (Tonetto, 2007).

A situação agrária no Pará, desde a década de 1970, foi marcada por conflitos, grilagem de terras em vários municípios do estado, aqui destacamos o nordeste paraense, onde vários projetos desenvolvimentistas foram se instalando, sobretudo na década de 1980. Tonetto (2007) descreve esse momento como uma espécie de “herança maldita”, ou seja, uma nova “configuração territorial” que vai se instalando na região a partir dos interesses de empresas nacionais e internacionais, a priori no interesse pela monocultura do dendê, como por exemplo, a REASA que se instalou nessa região durante esse período, vendendo suas ações logo em seguida para empresa MARBOGES.

Durante as décadas de 1970 e 1980 a REASA expandiu seu projeto de monocultura em diversos municípios, a exemplo de Tailândia, Tomé Açu, Acará, Abaetetuba, Moju, entre outros. No município de Moju, a empresa invadiu o Território Quilombola de Jambuaçu, que antigamente eram reconhecidos como posseiros, por ocupar e utilizar a terra por mais de 300

anos (relato das lideranças das comunidades), mas não possuíam títulos ou documentação da terra.

Durante esse período, a empresa investiu de diversas estratégias para tomar as terras da organização coletiva: destruição de roças e de barracos; ameaças; assassinatos de lideranças, a exemplo do sindicalista Virgílio Sacramento e das lideranças Canindé e Chiquinho. Durante esse conflito, a REASA roubou mais de 21 mil hectares de terras do território de Jambuaçu.

Durante esse período, a empresa utilizou de diversas estratégias perversas para roubar mais de **21 mil hectares** de terras e avançar com seu projeto de “desenvolvimento” em nosso território: destruição de roças, queima de casas, ameaças e assassinatos de lideranças (Dossiê da CPT, 2006).

O conflito contra a empresa só amenizou quando um grupo de 100 homens das comunidades de Jambuaçu, encapuzados e pintados de preto, ocuparam a cidade após o assassinato de Canindé e estavam decididos em resolver o conflito. O episódio ficou conhecido como “os 100 encapuzados”.

A necessidade de permanecer na terra e no território, contra as invasões e as ameaças, levou os sujeitos das comunidades quilombolas de Jambuaçu a organizarem-se de diversas maneiras: nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais- STTR, Comunidades Eclesiais de Base – CEB’s, Associações, entre outros. Pois a luta por território é para além de terra ou pelo espaço geográfico.

A luta pelo território não representa somente a conquista do espaço geográfico ou da terra como bem de troca e consumo, mas significa a manutenção do modo de vida, do culto ao sagrado, das relações e da identidade que se estabeleceram a partir do território (Santiago, 2018, p. 70).

Moura (2012) diz ainda que, a terra para os remanescentes de quilombo tem um significado diferente.

[...] o valor da terra para os habitantes das comunidades remanescentes de quilombo é diferente do valor da terra para os demais que exploram a atividade rural. Terra é patrimônio cultural, terra é plantar para sustentar a família, terra é vida, terra é festa, terra é história dos antepassados, é religiosidade. Terra é TUDO (p.21).

Portanto, é importante compreender que o território não se resume somente a terra e aos recursos naturais.

o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (Santos, 2007, p. 14).

Santos (2007) ainda nos provoca a compreender o Território como lugar onde se realizam todas as ações, paixões, poderes, forças e franquezas; sendo ele o lugar onde a história do homem se realiza a partir da manifestação de sua existência.

Por entender o significado e a importância do território e da terra, os quilombolas de Jambuaçu resistiram a todas as formas de opressão impostas pela REASA. Logo em seguida, a REASA vendeu suas ações para a empresa Marborges Agroindústria S/A, que deu prosseguimento às suas maneiras de adquirir terras e expandir seu projeto de monocultura.

Em diálogo com o senhor Benedito Freire, ele descreve uma de tantas violências exercida por parte da empresa:

Tocaram fogo na casa de um senhor ali no Traquateu, lá perto da Santa Maria, comunidade Santa Maria. Lá é quilombo também. Tocaram fogo lá na casa. Foi o pessoal da Marborges. Tocaram fogo lá para saírem e desocupar a área. Aquilo começou a zoar. Tocaram fogo em duas propriedades. Isso foi um passe para o pessoal do sindicato, igreja, todo mundo daquela época, CPT entrar e a gente saiu pela estrada do Moju, dia de domingo pro quarenta. Do quarenta a gente reuniu lá uma hora dessa estávamos chegando aqui, (São Manoel), já para tomar banho pra quando for umas 8h da noite a gente pegar um barquinho de novo para ir para Belém para reunir com o pessoal da EMATER. Naquela época eles davam visitas. Aí a gente foi pra barrar um topógrafo que tava comprando terras adoidado nos terrenos dos caras por aí..

Na entrevista com Dona Florência, mais conhecida como dona Fuluca, Irmã de uma das vítimas que teve sua casa queimada, relata que:

quando a Marborges entrou aí fez a demarcação pelo igarapé. Mas eles começaram a roçar por aí sem avisar ninguém. Meu pai era uma pessoa muito trabalhadora. Ele fazia aquele roçado grande, mas o pessoal destruiu tudo. Acho que isso foi a principal causa de morte do meu pai. Ele dizia pra mim: minha filha não vai aí pro centro, eles (trabalhadores da empresa) roçaram tudo o nosso mato. Eles destruíram tudo. O papai tinha um roçado pra mais de 200 braças (1 braça: 50m x 50m), com alqueire de mandioca bonito. Tinha mandiocaba na nossa roça. Era cheia de tudo. A gente nunca mais recuperou aquilo que tinha. Pra eu ir para o mato, precisava levar a espingarda e um pedacinho de terçado. Mas depois eles destruíram as roças e começaram a derrubar tudo. Eram pra mais de 500 ou 600 peões que eu não sabia de onde eram e nem de onde vinham. A Marborges prejudicou mais os igarapés aqui nesse meio. Hoje em dia existem muitas cobras grandes, as águas dos igarapés grandes ninguém usa mais. Não utilizávamos mais a água do igarapé pra tomar banho, porque depois de um tempo começou a dar coceiras. Antigamente a gente pegava peixe por aqui, depois que fizeram dendezal muitas jiboias apareceram até dentro de casa.

Infelizmente, a empresa se apropriou das terras do quilombo e permanece até hoje. É importante destacar que foi a partir do conflito com a Marborges, por volta da década de 2000, que as comunidades do território de Jambuaçu, orientadas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT deram entrada ao processo de Titulação e certificação para o reconhecimento como comunidades quilombolas.

Durante esse período, padre Sergio Tonetto, coordenador da CPT, antropólogo, já havia identificado vários elementos que assemelhava a organização das comunidades quilombolas de Jambuaçu com alguns modelos de sociedade em África. Maria Helena Almeida Freire, liderança quilombola da comunidade de São Manoel, relata que:

Minha mãe contava que o início das comunidades tem relação com as pessoas que foram escravizadas no engenho Jaguarari (antigo engenho localizado na terceira ponte da alça viária, sobre o rio Moju). Um dia ela me contou que lá na comunidade do km 40 apareceram duas velhas negras: uma com a mão cheia de arroz, ela tinha umas mãos grandes, sabe? A outra veio segurando uma santa em suas mãos e ali elas foram ficando.

Vale ressaltar também, que Maria Helena relata que o primeiro modelo de organização das comunidades foram as irmandades, que eram agrupamento de irmãos. Ela afirma ainda que São Manoel foi a primeira Irmandade organizada no território de Jambuaçu e que tinha um diferencial, pois não estava vinculada aos laços sanguíneos, mas construía essa relação de irmandade no dia a dia. Ela afirma que:

Na irmandade os trabalhos eram em mutirões. A gente realizava a festa do santo e antes do dia do santo fazíamos a esmolação. Tiravam de 3 a 4 pessoas para andar com o santo nos vilarejos, o santo recebia muitas doações nessas peregrinações: tabaco, banana, macaxeira, mandioca, galo, porco, boi, pato, galinha... Durante esse período todo mundo respeitavam os mais velhos e tudo era resolvido no coletivo.

Foram a partir das reflexões desses relatos, objetos históricos e das observações realizadas pelas lideranças junto ao padre Sérgio, que a organização de Jambuaçu articulou-se para reivindicar ao Instituto de Terras do Pará – ITERPA, os títulos de domínio coletivo, amparados pelo art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT que “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Além do Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que “regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o ar. 68 da ADCT”.

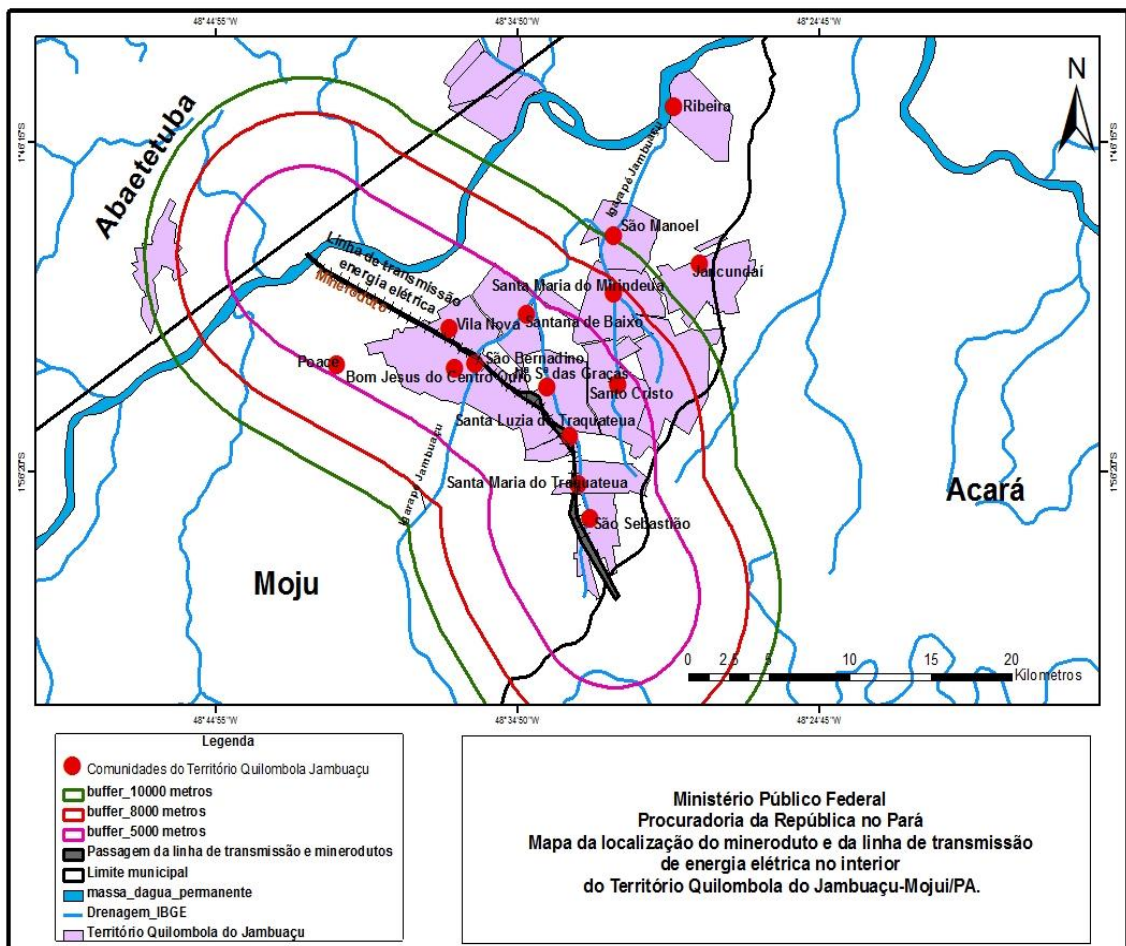
As pressões dos movimentos sociais, negro e quilombola fizeram com que o Estado brasileiro admitisse a existências dos territórios quilombolas na contemporaneidade, passando a reconhecer o direito à propriedade definitiva e a obrigação em delimitar e titular, concretizando dessa forma o pleno direito das populações às suas terras ancestrais. Com isso, evidencia os quilombolas como novo sujeito nas discussões por direitos territoriais, identidades étnicas e políticas públicas (Almeida, 2000).

Apesar de toda a pressão do movimento, as comunidades de Jambuaçu só tiveram seus títulos emitidos após a aprovação e implementação do projeto Bauxita Paragominas, da empresa Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, uma das maiores empresas de mineração da época, por volta dos anos de 2006.

O projeto de mineração da CVRD, previa a instalação de 3 minerodutos para escoar bauxita de Paragominas a Barcarena, acompanhado de uma Linha de Transmissão de energia

para subsidiar essa produção. A empresa causou inúmeros impactos socioambientais e socioterritoriais; destruiu roças, açaçais, plantios. Implantou dutos por baixo do rio Jambuaçu, principal rio que banha todas as comunidades do território. Além disso, invadiu em média 200 hectares de terra das comunidades de Nossa Senhora das Graças, São Bernardino e Bom Jesus do Centro Ouro, São Sebastião, Vila Nova, Santa Maria do Traquateua e Santa Luzia do Traquateua, e denominam hoje como área de servidão, assim como demonstra o mapa 01, abaixo:

MAPA 01: Localização do mineroduto e da linha de transmissão de energia elétrica no interior do Território de Jambuaçu-Moju/PA.



FONTE: Elaboração própria.

É importante destacar que a CVRD repassou suas ações para Norsk Hydro e Imerys Rio Capim Caulim. Atualmente, a empresa Mineração Paragominas S.A assumiu as ações da Hydro e no ano de 2022 implantou mais um mineroduto, totalizando quatro.

No contexto atual, de acordo com as lideranças do território do Jambuaçu, os impactos estão cada vez mais agravantes, haja vista que ainda no ano de 2022 foram instaladas duas

outras Linhas de Transmissão de Energia na Comunidade Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê; uma da Empresa Transmissora de Energia do Pará – ETEPA e outra da Sterlite. A organização do Território ainda não tem contabilizado as perdas territoriais que tiveram com a área de servidão destinadas as Linhas de Transmissão de Energia. Além desses empreendimentos, a comunidade do Poacê está prevista ser cortada ao meio pela Ferrovia Paraense – FEPASA.

Todos esses empreendimentos só foram instalados sobre o Território Quilombola de Jambuaçu, porque o Estado negligencia o direito dos povos e comunidades tradicionais em detrimento dos interesses particulares dessas empresas agroindustriais e de mineração. Se o estado cumprisse com sua função social, não teria autorizado as condicionantes no rito do licenciamento ambiental: Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação para essas empresas, pois a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT assegura o direito fundamental a autodeterminação e a consulta prévia, livre e informada dos atos administrativos e legislativo, previsto a afetar seus territórios e modos de vida tradicional, conforme o Art. 6, os governos deverão

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes; c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

Com base nestes marcos legais, as lideranças das comunidades quilombolas de Jambuaçu, ainda que com todas as percas territoriais, garantiram seus respectivos títulos de domínio coletivo e asseguram o direito de permanecer no que sobrou do território. Hoje, as lideranças apropriam-se de outros instrumentos jurídicos e constroem espaços de formação e debate coletivo para construção de novas estratégias de luta e resistência, a exemplo da construção do Protocolo de Consulta Prévia, Livre e Informada, lançado no ano de 2017 para orientar o estado no processo de consulta.

6.1. Dinâmica e impactos socioambientais no território de Jambuaçu

Neste capítulo trazemos análise do estudo sobre o mapeamento de terras quilombolas com a utilização das geotecnologias, apresentando uma demonstração comparativa de áreas

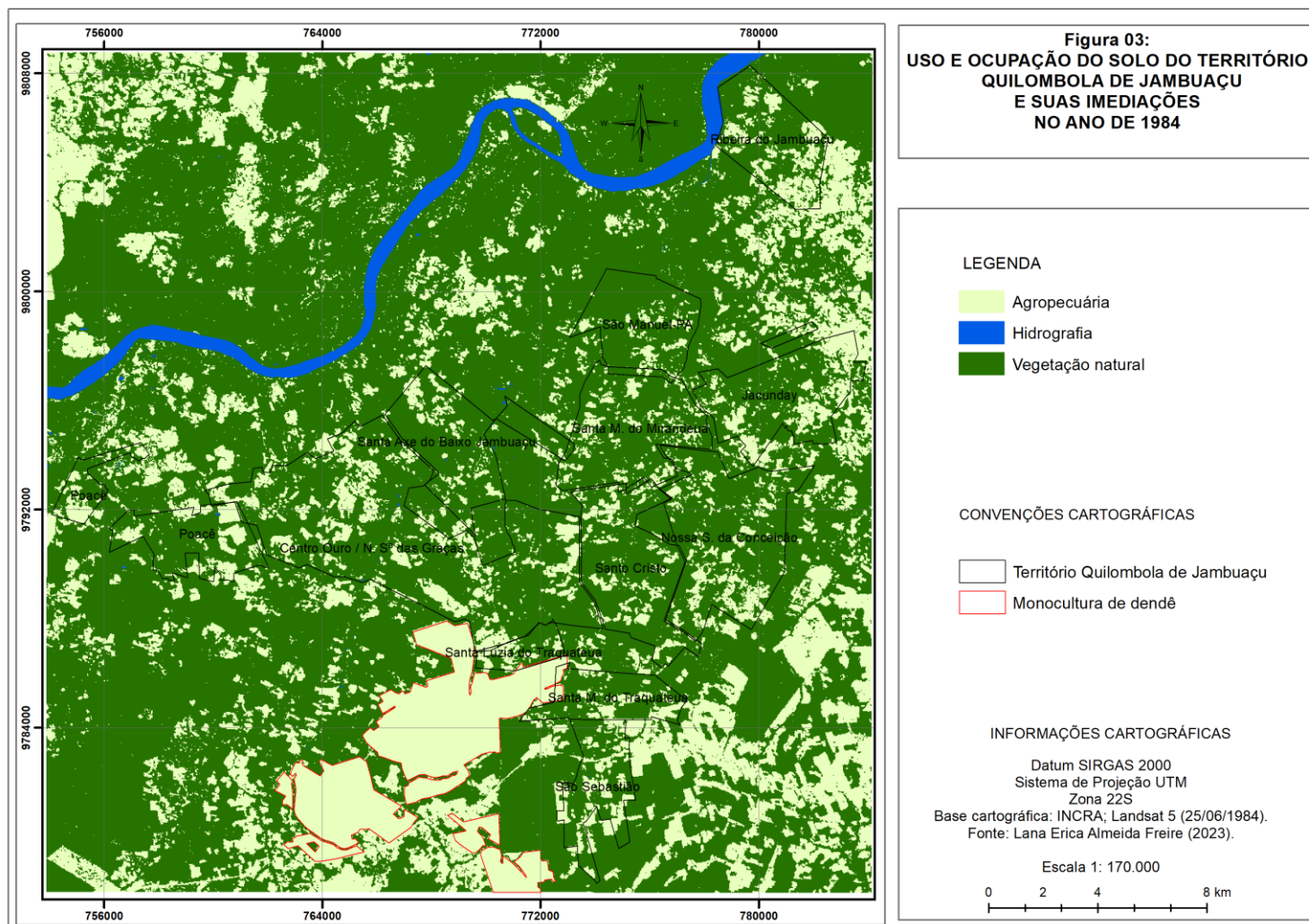
demarcadas do território quilombola desde 2000 aos dias atuais, ou seja, o estudo objetivou gerar informações, dados que possibilite representar as perdas territoriais decorrente das invasões dos empreendimentos do capital geradas pelas empresas agroindustriais e de mineração (REASA, Marboges, CVRD, Hydro, Imirys) no Território Quilombola de Jambuaçu.

É nesse contexto de “nova configuração territorial” que o território quilombola de Jambuaçu, durante décadas, tem enfrentado inúmeras situações de conflito provocados pela implantação de projetos de empresas agroindustriais na região, tendo ao longo de décadas ocasionado perdas de terras demarcadas como território quilombola, devidamente reconhecida a 17 anos pelos órgãos responsáveis como o ITERPA e Fundação Palmares.

Por outro lado, esse avanço da “nova configuração territorial” tem ocasionado também sérios impactos ambientais com desmatamento da floresta, poluição dos rios e do solo, bem como impactos sociais, gerando situações de vulnerabilidade em função da ausência de produção agrícola que as comunidades possuíam em suas terras. Tais relatos de desflorestamento em prol das grandes corporações agroindustriais, registrados no diálogo com as lideranças quilombolas das comunidades, são confirmadas no Mapa 02.

Pois, com mapeamento de uso e ocupação do solo do território Jambuaçu caracterizou-se em 3 classes, com objetivo de representar cartograficamente a dinâmica das paisagens locais, conflitos territoriais e o estado de conservação da vegetação natural no território comunitário e seu entorno. Assim, destacam-se as seguintes classes: Agropecuária; Hidrografia e Vegetação natural.

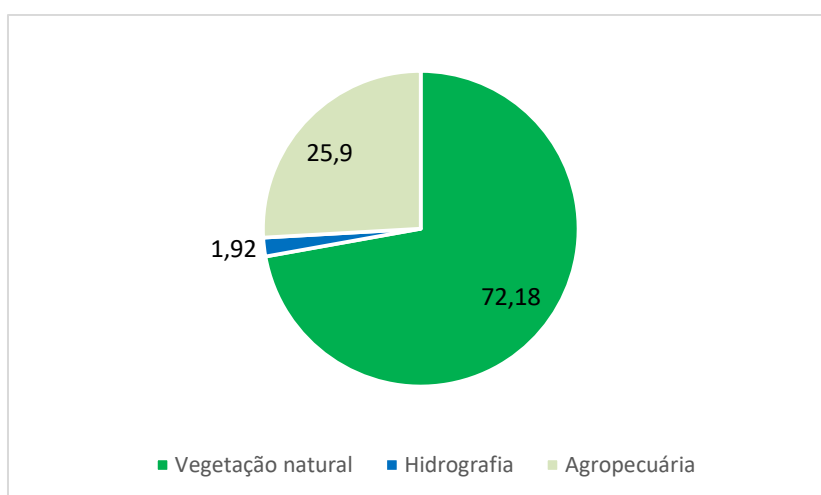
MAPA 02: Uso e ocupação do solo do território quilombola de Jambuaçu e suas imediações no ano de 1984.



FONTE: Elaboração própria.

Em toda a extensão mapeada, no ano de 1984, constatou-se que a cobertura vegetal natural equivale à uma área de 672,02 km², hidrografia ocupando 17,87 km² e agropecuária 241,12km². Cabe destacar que considerou-se como classe de Vegetação natural toda a área ocupada pela formação florestal e agrupamentos vegetais naturais em regeneração, Hidrografia como toda a superfície do espelho da água dos rios e lagoas, Agropecuária como soma de extensão territorial coberta por atividades agrícolas (inclusive de monocultura de dendê), pecuária e de exploração mineral. O percentual de ambas as classes pode ser observado no Gráfico 01.

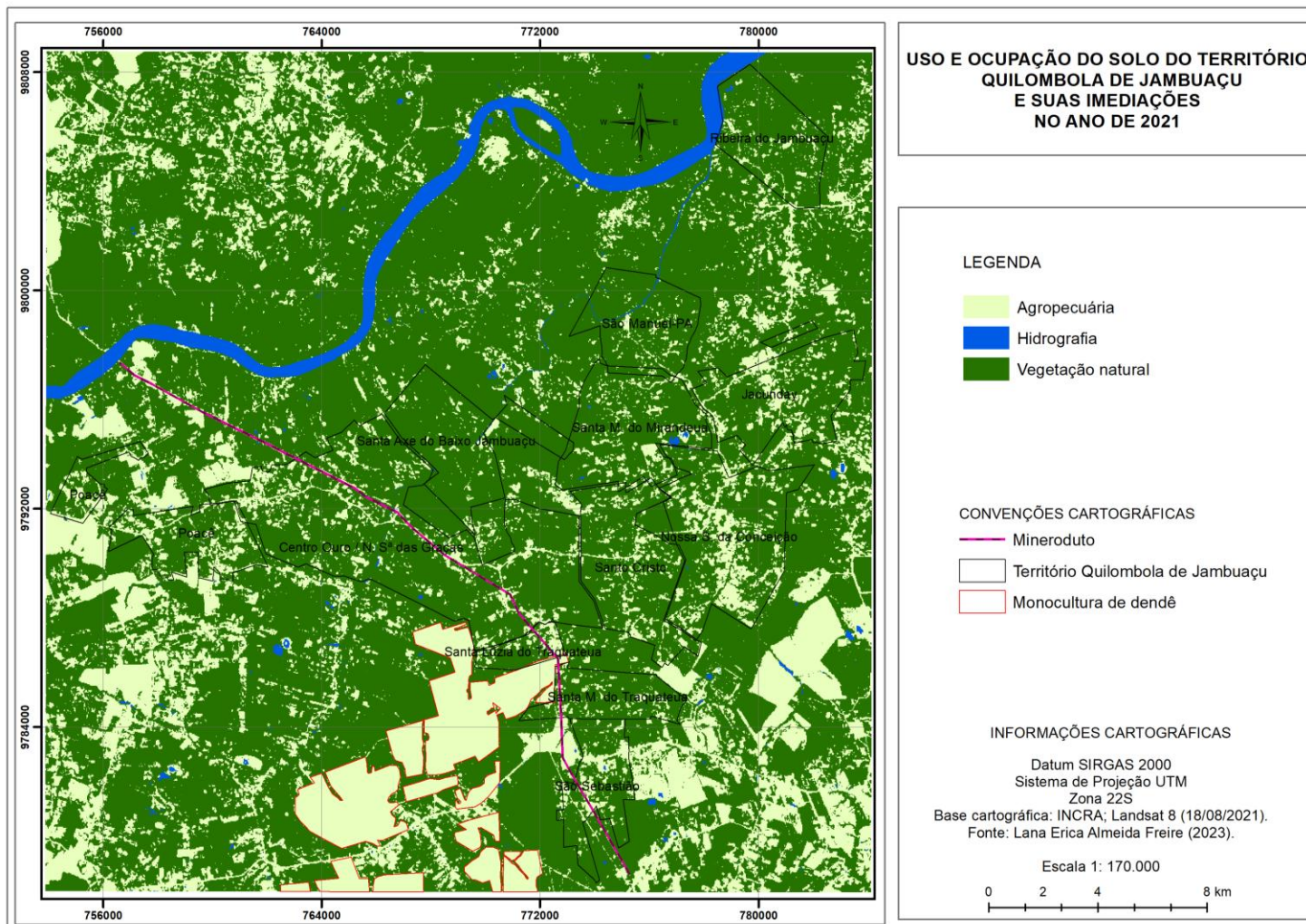
GRÁFICO 01: Distribuição percentual das classes de uso e ocupação do solo do Território Quilombola do Jambuaçu e suas imediações no ano de 1984.



FONTE: Elaboração própria.

Embora a proporção da área de vegetação natural preservada configura-se como de maior representatividade (72,18%), cabe destacar o reconhecimento de padrões de na distribuição espacial de uso da terra na área em análise. Como pode ser percebido, nas áreas sob as práticas produtivas comunitárias as manchas de abertura da floresta são equivalentemente pequenas e preservam os corredores ecológicos em toda a sua extensão, fato que não se concretiza quanto deparamos com a vasta área desmatadas para dar sustentação às práticas produtivas das grandes corporações agrícolas/pecuárias e de mineração. O caso do ano em destaque não se caracteriza como isolado, mas um retrato que abrange imensas regiões do estado em diferentes temporalidades como pode ser contemplado na Figura 04.

MAPA 03: Uso e ocupação do solo do território quilombola de Jambuaçu e suas imediações no ano de 2021.

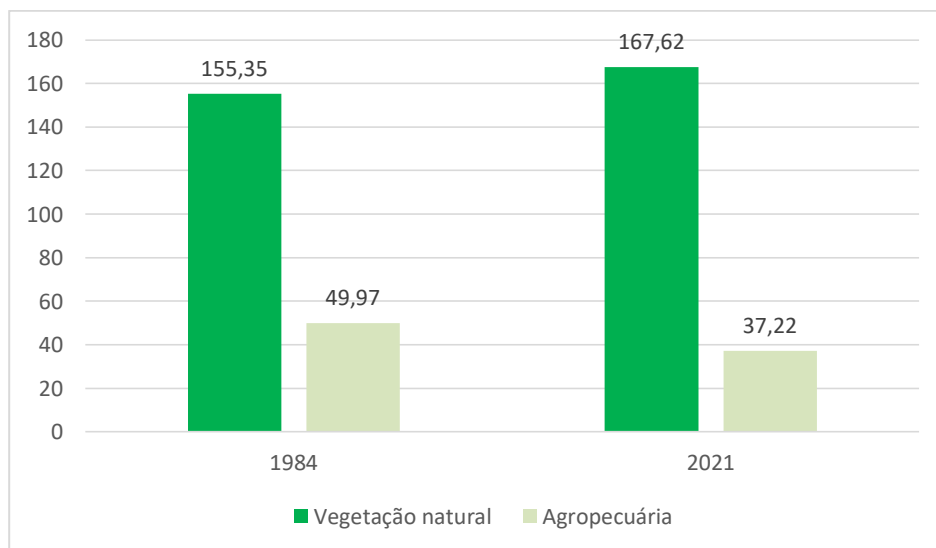


FONTE: Elaboração própria.

No período analisado (de 1984 à 2021) houve um ligeiro aumento da extensão da área de vegetação natural preservada, de 672,02 para 686,52, respectivamente. A atividade agropecuária também acompanhou tal redução do período saindo de 241,12 em 1984 para 222,72 em 2021. Mas, este aumento área florestal é fruto, principalmente, das regenerações vegetais ocasionadas no interior dos Territórios Quilombolas, conforme ilustra o Gráfico 02.

O registro positivo na regeneração florestal não significa para as comunidades períodos de tranquilidade fundiária e nem a melhoria na qualidade de vida ou de fortalecimento dos ideais comunitários sem as interferências negativas das grandes empresas que confrontam com estas o território. Pois, diferentes impactos são presentes e conflituam com os ideais da sustentabilidade em comunidades tradicionais. Os conflitos se revelam no interesse das grandes corporações industriais em sobrepor os limites das áreas de influência sobre os territórios comunitários, na passagem da mineroduto nos territórios comunitários, dentre outras formas de manifestação dos interesses do capital na deterioração da vida em comunidades.

GRÁFICO 02: Dinâmica da cobertura vegetal natural e extensão agropecuária no território de Jambuaçu no intervalo de 1984 à 2021, em km².



FONTE: Elaboração própria.

A cobertura vegetal cresce de 1984, com 672,02km², para 686,52km² em 2021, uma recuperação equivalente à 14,5 km², mas isso só foi possível uma vez que no território Quilombola potencializou a recuperação de 12,27 km² entre o período analisado, equivalente à 84,62% de toda regeneração vegetal da área de estudo (Território Quilombola de Jambuaçu e suas imediações).

7. CONCLUSÕES

Essa pesquisa é resultado do compromisso em contribuir com o fortalecimento da luta coletiva pelo direito de permanecer no Território Quilombola de Jambuaçu com nossa cultura, nossa identidade, nossos saberes, nossos fazeres e nosso modo de vida tradicional. As análises demonstraram que as comunidades quilombolas de Jambuaçu vivenciam historicamente várias investidas de processos de desterritorialização, sejam elas por empreendimentos privados agroindustriais e de mineração ou por ações do próprio estado.

Após os conflitos com a REASA, Marborges e Companhia Vale do Rio Doce, o território de Jambuaçu foi reduzido a sua metade, perdendo em torno de 21.200 hectares de terra. É importante destacar que, isso só foi possível com o consentimento, negligência e inoperância do estado do Pará, uma vez que violou o direito à consulta dos atos administrativos do licenciamento ambiental, autorizando as empresas a invadir o território de Jambuaçu com seus empreendimentos.

Essa inoperância do estado é observada quando, no processo de titulação do território, que deveria ser coletivo, sem nenhuma brecha, o ITERPA demarcou com fragmentação as áreas e não reconheceu algumas comunidades do entorno, a exemplo da comunidade Santa Luzia do Bom Prazer do Poacê. Além disso, deixou áreas dispersas, com diversas fronteiras dentro do território. As disputas do avanço dessas fronteiras intensificam esses conflitos historicamente, tornando-se cada vez mais desafiador construir os processos de resistência.

É importante destacar como impacto socioambiental apontado pelas lideranças o enfraquecimento do solo e assoreamento dos rios, trazendo como consequência às famílias do território, a dificuldade de produzir alimentos da sua base alimentar, tais como: mandioca, macaxeira, batata doce, milho, arroz, açaí, cará, etc.

Contudo, vale ressaltar que mesmo diante de tanta destruição causada por essas empresas, as comunidades de Jambuaçu resistem e constroem suas estratégias e seus instrumentos de luta em defesa do território. Além disso, constatou-se que essas comunidades, ao longo do período analisado, recuperaram em média 12,27 km² de cobertura vegetal, pressupondo haver algum tipo de estratégia de recuperação e conservação e abrindo um leque de possibilidades para estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno De. **Os Quilombos e As Novas Etnias**. In O' DWYER, Eliane Cantarino (org) **Quilombos: Identidade Étnica e Territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV: ABA, 2000.

CÂMARA, G; DAVIS JR., C.A.; CASANOVA, M.; VINHAS, L.; QUEIROZ, G.R. **Banco de Dados Geográficos**. Curitiba: Mundogeo, 2005.

CÂMARA, G.; MEDEIROS, J. S. **Geoprocessamento para projetos ambientais**. São José dos Campos – SP, 1996.

CPT, Guajarina. Dossiê do conflito dos Quilombolas do Jambuaçu, Moju-PA x Companhia Vale do Rio Doce. Ananindeua: 2007.

DAVIS JR., C.A; FONSECA, F.T. **Conceitos e Aplicações em GIS**. Belo Horizonte, UFMGIGC, 1999.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: Questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, vol. IV (2), 2000.

MOURA, Glória. **Quilombos contemporâneos: resistir e vencer**. Brasília: FCP, 2012.

MIRANDA, José Iguelmar. **Fundamentos de sistemas de informações geográficas**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 425p.

OIT. Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente a ação da OIT/ Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 1 v, 2011.

SANTIAGO, John Cleber Sarmento. **Comunidades Quilombolas de Jambuaçu, Moju-PA, Contra as Agroestratégias do Capital: Juventudes e Territórios de Resistências**. 2018. 129 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável), Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

SANTOS, et al. **Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

TONETTO, Sérgio. **Poderão matar as flores, mas não a primavera: a construção de Benezinho e Virgílio como símbolo de luta pela terra no imaginário social do campesinato da região Guajarina**, 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Antropologia). Universidade Politécnica Salesiana/sub-sede de São Luiz do Maranhão.

TRECCANI, Lúcia Andrade & Girolamo. **Terras de Quilombo**. Publicado no livro: Raimundo Laranjeira (org.) **DIREITO AGRÁRIO BRASILEIRO**, São Paulo, 2000.

ZAIDAN, Ricardo Tavares. **Geoprocessamento e definições**. *Revista de Geografia – PPGeo - UFLF, Juiz de Fora*, v. 7, n. 2, (jul-dez) p. 195-20, 2017.